

# Colômbia – uma nova realidade\*

Ricardo Vélez Rodríguez\*\*

**E**ste trabalho foi escrito ao ensejo da Missão Empresarial à Colômbia, realizada pela Confederação Nacional do Comércio entre 29 de julho e 3 de agosto de 2007 e que levou ao país vizinho uma delegação de 24 pessoas (15 empresários presidentes das Federações de Comércio de vários estados e diretores da CNC, um jornalista de *O Globo*, um representante da Secretaria de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro, seis técnicos do CNC – Sistema Fecomércio/RJ e um representante do Conselho Técnico da CNC). A Missão, chefiada pelo Vice-presidente da CNC e Presidente da Fecomércio do Rio Janeiro, Orlando Santos Diniz, visitou três cidades: Bogotá, Medellín e Cartagena de Índias, tendo tido entrevistas com ministros de Estado, conselheiros presidenciais, líderes empresariais das Câmaras de Comércio, prefeitos e ex-prefeitos, a Universidade EAFIT de Medellín e representantes dos movimentos sociais “Bogotá como vamos”, “Medellín como vamos” e “Cartagena como vamos”. Foram visitadas as principais realizações sociais do Município de Medellín, outrora as áreas mais violentas da cidade, como a Comuna *Santo Domingo* (equivalente ao “Complexo do Alemão” do Rio de Janeiro).

A Colômbia, literalmente, deu a volta por cima. Isso, após seis anos de mau desempenho

econômico e social, ensejado pelo não equacionamento da problemática segurança interna, decorrente do conflito causado pelo narcotráfico e pela atividade das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia – FARC. No final dos anos 90 e até o início de 2003, o panorama era de crescimento econômico negativo ou muito modesto, beirando 2% anual. Mas, a partir das políticas públicas anunciadas e postas energicamente em execução pelo governo do Presidente Uribe Vélez, essa difícil situação passou a ser contornada para, progressivamente, ir se firmando um constante crescimento econômico (o índice calculado para este ano é de 6%), que tem acompanhado a progressiva pacificação do país. Esse surto de crescimento tem permitido atender a demandas sociais urgentes, aumentadas por décadas de conflito armado.

A finalidade precípua deste artigo consiste em informar aos leitores acerca das linhas mestras das políticas públicas hoje vigentes na Colômbia, especialmente no que tange ao equacionamento das questões de segurança. Pretende-se, outrossim, traçar um pano de fundo claro da recente história do país andino, a fim de divulgar os aspectos característicos da evolução social colombiana. Busca-se também detalhar a colaboração dos grêmios econômicos

\* Transcrito de Carta Mensal, da Confederação Nacional do Comércio.

\*\* O autor é Licenciado em Filosofia pela Universidade Pontifícia Javeriana de Bogotá (1963). Mestre em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (1974). Doutor em Filosofia pela Universidade Gama Filho do Rio de Janeiro (1982). Pesquisa de Pós-Doutorado realizada no Centre de Recherches Politiques Raymond Aron, Paris (1994-1996). Foi membro do Conselho Editorial da BIBLIEX.

uma listagem informando ao Conde dos Arcos, vice-rei do Brasil, a situação de suas guarnições. O comandante do *Martins Freitas*, além de fazer um mapa minucioso da tripulação, relatou que também estavam a bordo as famílias pertencentes aos oficiais da guarnição e parte da família do Duque de Cadaval. O fato é que cada navio carregava uma pequena multidão. A acreditar-se que parte significativa dos oficiais e de suas famílias teria permanecido na colônia, não estranharia chegar-se a mais de 10 mil emigrados. A cifra, porém, continua e continuará controversa.

De toda maneira, o número de embarcados era bem elevado e, com certeza, superior às primeiras estimativas e provisões. Esse era o drama da nau *Minerva*, que não havia sido preparada com antecedência e apresentou problemas na hora do embarque. Conta o capitão que, até o dia 26 de novembro, esta fragata esteve “de banda por não ser possível aprontar-se”. Apesar de só ter a bordo “algum biscoito e aguada” e das “tristes circunstâncias em que se achava o Real Arsenal da Marinha, pela confusão e falta de expediente nas diferentes repartições”, o capitão não perdeu tempo para atender ao Príncipe e partir no dia 29. Quando atracou na Bahia, em 10 de janeiro de 1808, a *Minerva* estava a zero.

A viagem não seria fácil, ainda que não se tenha notícia de acidentes graves ou algum óbito. Famílias desmembradas e alojadas em diferentes navios, bagagens desviadas ou largadas no cais, racionamento de comida e água, excesso de passageiros e falta de higiene – que obrigou as mulheres a cortar os cabelos para evitar a ação dos piolhos – foram alguns dos problemas decorrentes da emergência do embarque. E pela frente, cerca de dois meses de viagem. Para complicar,

uma tormenta se armou logo no início da jornada, e outra, em meados de dezembro, lá pela altura da Ilha da Madeira, provocando a dispersão de alguns navios e uma mudança de planos: apesar de parte da frota já ter tomado a direção do Rio de Janeiro, o *Príncipe Real* e as embarcações que o acompanhavam alteraram o rumo, em direção à Bahia.

Excluindo esses momentos mais inseguros, a viagem correu tranqüila, no que diz respeito aos humores da natureza e à estrutura das embarcações, que, apesar das avarias, alcançaram seu objetivo. O cronista Luiz Edmundo descreve os transtornos que se deram pelo excesso de passageiros: “muitos sem cama onde dormir, cadeira, banco para sentar, deitando-se ao relento, sobre as tábuas nuas dos conveses, sem prato certo onde comer, disputando em sórdidas gamelas, nas cozinhas, o alimento frugal”. E a travessia arrastava-se monótona. Além de acompanhar a evolução dos veleiros da frota, cantava-se ao som da viola ao poente e, nas noites de luar, jogava-se cartas: o faraó, o espenifre, o pacau e o chincalhão.

Depois de 54 dias no mar, em 22 de janeiro de 1808, o *Príncipe Real* atracou em Salvador – onde se quedaria por um mês, seguindo depois para o Rio de Janeiro. Atrás dele e aos poucos, foram chegando os outros navios. A situação era inesperada, assim como imprevisível era a novidade de uma corte migrada e aportada em sua colônia. Mas a história não é mesmo um exercício do certo. Ainda em alto-mar, D. João recebeu um belo presente do governador de Pernambuco: o brigue *Três Corações* foi ao seu encontro, carregado de mantimentos e muitas frutas tropicais. Entre cajus e pitangas, a colônia americana abria as portas para um evento inusitado: receber o seu príncipe português. ○

# Colômbia – uma nova realidade\*

Ricardo Vélez Rodríguez\*\*

**E**ste trabalho foi escrito ao ensejo da Missão Empresarial à Colômbia, realizada pela Confederação Nacional do Comércio entre 29 de julho e 3 de agosto de 2007 e que levou ao país vizinho uma delegação de 24 pessoas (15 empresários presidentes das Federações de Comércio de vários estados e diretores da CNC, um jornalista de *O Globo*, um representante da Secretaria de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro, seis técnicos do CNC – Sistema Fecomércio/RJ e um representante do Conselho Técnico da CNC). A Missão, chefiada pelo Vice-presidente da CNC e Presidente da Fecomércio do Rio Janeiro, Orlando Santos Diniz, visitou três cidades: Bogotá, Medellín e Cartagena de Índias, tendo tido entrevistas com ministros de Estado, conselheiros presidenciais, líderes empresariais das Câmaras de Comércio, prefeitos e ex-prefeitos, a Universidade EAFIT de Medellín e representantes dos movimentos sociais “Bogotá como vamos”, “Medellín como vamos” e “Cartagena como vamos”. Foram visitadas as principais realizações sociais do Município de Medellín, outrora as áreas mais violentas da cidade, como a Comuna *Santo Domingo* (equivalente ao “Complexo do Alemão” do Rio de Janeiro).

A Colômbia, literalmente, deu a volta por cima. Isso, após seis anos de mau desempenho

econômico e social, ensejado pelo não equacionamento da problemática segurança interna, decorrente do conflito causado pelo narcotráfico e pela atividade das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia – FARC. No final dos anos 90 e até o início de 2003, o panorama era de crescimento econômico negativo ou muito modesto, beirando 2% anual. Mas, a partir das políticas públicas anunciadas e postas energicamente em execução pelo governo do Presidente Uribe Vélez, essa difícil situação passou a ser contornada para, progressivamente, ir se firmando um constante crescimento econômico (o índice calculado para este ano é de 6%), que tem acompanhado a progressiva pacificação do país. Esse surto de crescimento tem permitido atender a demandas sociais urgentes, aumentadas por décadas de conflito armado.

A finalidade precípua deste artigo consiste em informar aos leitores acerca das linhas mestras das políticas públicas hoje vigentes na Colômbia, especialmente no que tange ao equacionamento das questões de segurança. Pretende-se, outrossim, traçar um pano de fundo claro da recente história do país andino, a fim de divulgar os aspectos característicos da evolução social colombiana. Busca-se também detalhar a colaboração dos grêmios econômicos

\* Transcrito de Carta Mensal, da Confederação Nacional do Comércio.

\*\* O autor é Licenciado em Filosofia pela Universidade Pontifícia Javeriana de Bogotá (1963). Mestre em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (1974). Doutor em Filosofia pela Universidade Gama Filho do Rio de Janeiro (1982). Pesquisa de Pós-Doutorado realizada no Centre de Recherches Politiques Raymond Aron, Paris (1994-1996). Foi membro do Conselho Editorial da BIBLIEX.

na concretização das soluções que hoje estão sendo postas em marcha, tanto no terreno da segurança pública quanto no que tange ao desenvolvimento econômico e social. Pretende-se, por último, identificar os pontos mais marcantes das atuais relações econômicas, políticas e culturais entre o Brasil e a Colômbia, tanto em nível oficial (convênios e tratados) quanto no terreno das relações entre organizações do setor privado.

Serão desenvolvidos os seguintes itens:

- 1) Papel da economia colombiana na superação da insegurança causada pela luta armada e a criminalidade;
- 2) O “Plano Colômbia” – aspectos jurídicos e políticos;
- 3) Empreendimentos culturais dos municípios como meio para consolidar a pacificação;
- 4) O papel dos empresários;
- 5) O papel da Igreja;
- 6) Riscos e perspectivas.

### **Papel da economia colombiana na superação da insegurança causada pela luta armada e a criminalidade**

Há um ponto central que convém destacar: tanto o setor produtivo quanto o governo chegaram a um acordo, no sentido de que a melhor solução para os desafios sociais consiste em incrementar o crescimento econômico, não em formular políticas assistencialistas. Dentro desse grande consenso devem ser enquadrados os aspectos que mostraremos a seguir.

Os indicadores mostram que na Colômbia ocorre, hoje, o melhor momento para os nossos vizinhos ingressarem no caminho do desenvolvimento sustentado. O quadro geral da economia pode ser ilustrado assim: o país possui um

PIB de US\$ 130 bilhões, com uma população de 42,1 milhões de habitantes, com um PIB/*per capita* um pouco superior a US\$ 3 mil, com um comércio exterior próximo dos US\$ 50 bilhões, equivalentes a 40% do PIB, sendo que a inversão produtiva representa, aproximadamente, 25% do PIB.

O aspecto relevante da dinâmica econômica é constituído pelo fato de que os bons resultados de crescimento são acompanhados por significativas transformações estruturais, orientadas à produtividade.

No que tange ao crescimento, a taxa para 2007 está prevista em 6%, tendo o país alcançado extraordinários 8% nos três primeiros meses deste ano. A tendência expansiva foi observada nos anos recentes (do segundo trimestre de 2003 para cá) e caracteriza-se por se alicerçar na dinâmica do mercado e não em políticas econômicas expansivas ou bonança circunstancial de determinado setor, ao contrário do que tinha acontecido em outras épocas. Esse fato é observável por meio da generalização do crescimento em todos os setores econômicos. De outro lado, o fenômeno apontado explica-se não apenas pelo mercado interno, mas – cada vez com maior ênfase – pela abertura da economia colombiana aos mercados externos.

Outro ponto a ser destacado nesse panorama de incremento do crescimento consiste no fato de ele decorrer, em boa medida, da inversão nacional e estrangeira, o que tem conduzido a Colômbia a se aproximar dos parâmetros internacionais, no que tange à relação entre inversão e PIB.

As transformações da economia colombiana orientam-se no sentido de melhorar as condições competitivas do país. Há um notável incremento das exportações de bens com maior

valor agregado. Hoje, aproximadamente 40% das exportações industriais correspondem a bens de alta e meia tecnologia (contrastando com os 20% que representava esse segmento no início da década passada). Outra transformação importante consiste na maior competitividade interna das empresas, mediante a racionalização de custos, a melhora de serviços prestados aos clientes, o desenvolvimento de novas linhas de produção, o fortalecimento da pesquisa na procura de novos mercados e a preocupação, já apontada, em produzir bens de maior valor agregado. Aos anteriores itens somam-se estes outros: avanço na melhor gestão das empresas, incremento da capacidade de resposta às exigências do mercado, desenho de sistemas de produção mais flexíveis e uso mais intensivo da informática.

Os analistas destacam que está ocorrendo, hoje, na Colômbia, um processo de reindustrialização, que consiste em adaptar o parque industrial de forma a responder, de modo cada vez mais eficiente, aos desafios da competitividade internacional. O crescimento, na década anterior, centrava-se no privilégio, concedido pelo governo, ao setor da construção. Na evolução recente, são as condições de mercado e a dinâmica industrial que puxam, direta ou indiretamente, as outras atividades produtivas. Essa integração exerce um papel fundamental na nova visão, de empresários e governantes, no sentido de estimular o surgimento de cadeias produtivas que ganham mais força a cada dia. A competitividade de qualquer produto é determinada pela ação conjunta de todos os setores que participam de sua produção. A boa dinâmica econômica incrementa a demanda por melhores insumos. A confiança na economia estimula o consumo de bens duráveis, de serviços financeiros e comerciais etc. Essa dinâmica da indústria colom-

biana decorre, em parte, da assinatura do Tratado de Livre Comércio com os Estados Unidos (que deve ser referendada definitivamente pelo Congresso norte-americano em fevereiro de 2008, tendo chegado os parlamentares mais importantes dos dois partidos a um consenso nos aspectos fundamentais). Sem dúvida de que na concretização desse panorama favorável contribuíram, em muito, a decidida ação do Governo do Presidente Uribe Vélez, no sentido de acelerar a negociação do Tratado com os Estados Unidos, bem como a posição favorável do empresariado colombiano.

O processo de reindustrialização está baseado na competitividade. Isso implica a formulação de medidas econômicas favoráveis a essa nova realidade. No terreno social, esse modelo oferece melhores perspectivas para a população, já que exige altos níveis de profissionalização, melhores condições de saúde, infraestrutura mais adequada e mais moderna, instituições mais eficientes etc. Se dermos uma olhada para os índices das realizações obtidas, observaremos que o desempenho industrial é bastante sólido. A produção e as vendas totais crescem em níveis superiores a 7%, o mercado interno tem um crescimento acima de 5%, a utilização da capacidade instalada atingiu em 2006 um promédio de 81,1%, bem próximo do grau considerado ótimo pelos empresários (de 88%). Ora, esta variável tem aumentado constantemente a partir de 2001 (quando o índice foi de 71,5%).

A economia colombiana vem demonstrando excelente desempenho ao longo dos últimos anos. Em 2003, a taxa de crescimento foi de 3,9%; em 2004, de 4,9%; em 2005, de 5,2%; e, em 2006, de 6,4%. Esse crescimento sustentado deve se manter em 2007, levando em consideração que a dinâmica da economia decorre,

como foi mostrado anteriormente, de uma adequação do sistema produtivo ao mercado no plano internacional, bem como de uma modernização dos processos produtivos, na busca de uma maior eficiência.

Os quadros 1 e 2, que aparecem a seguir, mostram exatamente essa realidade.

### **O “Plano Colômbia” – aspectos jurídicos e políticos**

A eleição do Presidente Uribe Vélez para o período 2002-2006 representou uma mudança significativa da atitude do Estado colombiano em face da guerrilha das FARC, bem como diante da violência desatada pelos narcotraficantes. O novo mandatário recebeu ampla votação, em decorrência do fato de ter se posicionado de maneira clara, com um programa de governo que fazia da luta frontal contra o crime organizado e contra os guerrilheiros o ponto inicial da sua administração. Os colombianos chegaram à conclusão de que sem derrotar os narcotraficantes e os guerrilheiros se tornaria impossível retomar o crescimento econômico, praticamente paralisado no decorrer dos anos 90 e apresentando, no final da década, índices negativos.

A plataforma de governo de Uribe Vélez planejava dar continuidade ao denominado “Plano Colômbia”, que tinha sido concebido no final da gestão Pastrana, mas cuja implementação foi bastante tímida nesse governo. Lembremos que quando foi cogitada a ação internacional de apoio militar à Colômbia, no início da década de 1990, os governantes do país vizinho tentaram obter, inicialmente, apoio da Organização dos Estados Americanos. As coisas não prosperaram por esse caminho, devido ao generalizado temor dos países latino-americanos de se verem arrolados em um conflito que não era deles. O governo

colombiano, ainda na gestão de Andrés Pastrana, viu-se, assim, obrigado a aceitar a ajuda norte-americana, que foi oferecida inicialmente pelo Presidente Clinton.

Uma vez empossado, o Presidente Uribe Vélez deu continuidade ao “Plano Colômbia”, de forma bastante decidida. A ajuda norte-americana (cujo montante ascendia à significativa soma de US\$ 6 bilhões) foi canalizada, inicialmente, para profissionalizar o Exército colombiano, cujos efetivos, no início da década de 1990, chegavam aproximadamente aos 117 mil homens, arregimentados sob a modalidade de recrutamento. Os analistas consideravam que para iniciar uma ofensiva significativa contra a bem armada guerrilha das FARC, que contava com 15 mil combatentes muito bem treinados por mercenários sul-africanos e irlandeses, tornava-se necessário formar um exército profissional e dotá-lo de moderno armamento que lhe desse capacidade de tomar a iniciativa, na complicada geografia dos Andes colombianos, adiantando-se às ações da guerrilha. Os subversivos, a partir da zona de distensão de “El Caguán” (uma área de aproximadamente 40 mil km<sup>2</sup>, no Sudeste da Colômbia, mais ou menos do tamanho do Estado do Rio de Janeiro), planejavam dividir o país em dois, a fim de consolidar o seu poder na metade sul, a partir da qual poderiam conquistar as ricas zonas ocidentais e centro-orientais, onde se encontram as principais cidades e os mais importantes núcleos produtivos. Lembremos que o movimento guerrilheiro contava ainda com os cinco mil homens do Exército de Libertação Nacional, distribuídos em cinco blocos, que se subdividiam em 32 frentes rurais e oito urbanas.

Mas a situação da Colômbia, no final do Governo de Pastrana, em 2002, revelava-se pior,

à medida que o que estava ocorrendo era uma balcanização do país em três áreas de influência: a comandada pelas Auto-Defesas Unidas da Colômbia (AUC) – que contavam com sete mil combatentes –, na parte noroeste, a controlada pelo Estado colombiano, na parte central, ao redor de Bogotá, e a área de influência guerrilheira, situada na parte sul do país. A estratégia das FARC (que, como já foi frisado, contavam com 15 mil homens, distribuídos em 62 frentes de luta concentradas em sete blocos) visava o aumento de sua área de influência, encerrando o governo de Bogotá e entrando em atrito com os paramilitares das AUC (surgidos da reação de criadores de gado ricos contra a extorsão das guerrilhas), a fim de expulsá-los de sua área de influência e consolidar, assim, o domínio dos guerrilheiros, que dariam ensejo a uma República comunista, que se situaria imediatamente sob a influência de Cuba e que já contava com a simpatia de setores importantes da imprensa internacional e de organizações políticas de esquerda, tanto na América Latina como nos Estados Unidos e na Europa.

O desafio militar que se apresentava ao governo de Uribe Vélez não era pequeno. É verdade que durante os três governos anteriores, de César Gaviria, de Ernesto Samper Pizano e de Andrés Pastrana, tinha havido um esforço significativo de modernização da Polícia Nacional, que deu como resultado o desmonte dos dois grandes cartéis das drogas, o de Medellín, que culminou com a morte de Pablo Escobar, em 1993, e o de Cali, que se concretizou com a prisão dos principais *capos*, em meados da década passada. Nesse esforço de modernização da Polícia Nacional, foi de capital importância a ajuda norte-americana, através da DEA, bem como a destemida e eficaz liderança do General Rosso

José Serrano, pertencente aos quadros da força pública colombiana.

O efeito mais importante das reformas policiais consistiu em estruturar a colaboração entre prefeitos e chefes da polícia, com a finalidade de equacionar a segurança pública nas cidades.

É importante mencionar também os esforços desenvolvidos ao longo da década passada e durante os anos recentes pelo Congresso e pelo Judiciário colombianos, no sentido de dotar o Poder Executivo de uma legislação adequada, que lhe permitisse fazer frente aos inimigos da sociedade. No seio do Congresso houve extensos debates acerca da legislação mais conveniente. Seria longo demais relatar aqui todas as medidas relativas a políticas de segurança, que foram aprovadas pelo Legislativo do país vizinho nos últimos 15 anos. Importa mencionar aqui, apenas, a mais eficaz delas, que possibilitou ao governo de Uribe Vélez fazer frente ao crime organizado, desarticulando as suas lideranças: refiro-me, especificamente, ao Tratado de Extradicação de chefes do narcotráfico, assinado entre o governo de Bogotá e o de Washington. Os principais líderes do crime organizado da Colômbia terminaram sendo acusados de tráfico internacional de drogas para os Estados Unidos, tendo sido enquadrados, assim, dentro do mencionado instituto legal. Hoje amargam longas penas em presídios estadunidenses, não significando mais perigo para a sociedade colombiana em geral e para o sistema penitenciário, em particular. Imaginemos o que representaria, para o Brasil, em termos de paz nos presídios e nas nossas cidades, a vigência de uma medida parecida. Como dizia recentemente o vice-presidente da Colômbia, se Fernandinho Beira-Mar fosse prisioneiro colombiano, já estaria estudando inglês (para sempre) em uma prisão federal norte-

americana, tendo sido poupados imensos recursos aos cofres da União e salvando inúmeras vidas que, ao longo da última década, foram ceifadas por ordem desse perigoso meliante.

O Judiciário da Colômbia deu também a sua valiosa contribuição após ter sofrido na própria carne a violência do narcoterrorismo praticado por traficantes e guerrilheiros. Insatisfeitos com os rumos que a administração de Justiça estava tomando, no sentido de um endurecimento significativo das penas para traficantes e guerrilheiros (lembremos que as FARC e os demais grupos guerrilheiros viraram cartéis de narcóticos após a derrubada do Muro de Berlim), houve uma associação entre guerrilheiros e cartéis da cocaína para deter a aplicação, pela mais alta corte de Justiça da Colômbia, das medidas legais aprovadas. Foi assim no final de 1985, guerrilheiros e traficantes tomaram o Palácio da Justiça, em Bogotá, no sanguinolento episódio que resultou no assassinato de praticamente toda a Corte Suprema e uma parte do Conselho de Estado. Após esse terrível golpe contra as instituições, os magistrados colombianos não se deixaram amedrontar e passaram a reformar os institutos jurídicos, com a finalidade de dar maior celeridade ao julgamento de terroristas e narcotraficantes, mediante a adoção de algumas medidas que já tinham dado bons resultados na Itália, como a instituição dos “juízes sem rosto”.

De outro lado, com a ajuda dos fundos do “Plano Colômbia” foram construídas prisões de segurança máxima (onde não entram celulares nem há visitas íntimas, tendo os advogados dos réus concordado em se submeter a medidas preventivas para impedir a criminosa prática dos pombos-correio). O Presídio de Cóbbita, no Departamento de Boyacá, é um desses centros de reclusão, que certamente serve de exemplo para os países que quiserem de fato combater o cri-

me organizado. Traficantes e líderes dos grupos armados “morrem de medo” diante do fato de serem presos em um desses presídios de segurança máxima e, também, diante da possibilidade de serem extraditados para os Estados Unidos. Já purgam pena em presídios federais norte-americanos alguns chefões das FARC e dos outros grupos insurgentes, em relação aos quais foi comprovada a participação em quadrilhas que exportam narcóticos.

O “Plano Colômbia” traduziu-se, no terreno da modernização das Forças Armadas, na criação da “Fuerza de Despliegue Rápido” (FUDRA), que constitui a ponta de lança do Exército na sua luta contra os guerrilheiros. É uma unidade criada em 1999 e integrada inicialmente por quatro mil soldados profissionais divididos em três brigadas móveis e uma brigada de forças especiais dotadas do que há de mais moderno em armamento para luta antiguerrilha terrestre e aérea, com helicópteros Black Hawk e MI da aviação do Exército, e aviões de asa fixa de transporte e de combate da Força Aérea Colombiana. Em relação ao que significa a FUDRA no contexto das Forças Armadas colombianas, vale a pena citar a apresentação que o Exército colombiano faz desta força na sua página na internet:

*Su misión es la de realizar operaciones ofensivas de combate contrainsurgente, en forma muy rápida en cualquier lugar del territorio colombiano donde se presente una acción de la guerrilla o de cualquier otro grupo armado ilegal en contra del pueblo colombiano o de sus fuerzas del orden. La Fuerza de Despliegue Rápido es una unidad entrenada y preparada para actuar en las selvas o los llanos, en el páramo o en el desierto, tal como lo reza su lema: *Cualquier misión, en cualquier lugar, a cualquier**

*hora, de la mejor manera, listos para vencer.* Con esta nueva Unidad Operativa Mayor se complementa la estrategia militar operativa del Ejército y se optimizó la capacidad de reacción que ha permitido desde el momento de su creación una mayor eficiencia en los resultados operacionales, fortaleciendo de esta manera la voluntad y capacidad de lucha de nuestras Fuerzas Militares.

A ajuda da “Fuerza de Despliegue Rápido” foi fundamental para as Forças Armadas da Colômbia começarem a reverter o panorama do conflito interno, em favor do Governo. O Exército colombiano está integrado, atualmente, além da FUDRA, por sete Divisões, uma Brigada de Apoio Logístico, uma Brigada de Aviação e uma Brigada contra narcóticos, constituindo, atualmente, a força terrestre mais bem treinada na América Latina na luta contra-insurgente. A experiência colombiana já começa a se tornar presente no terreno internacional. Nos campos do Afeganistão, os oficiais colombianos ajudam, hoje, no treinamento das forças afegãs. O “Plano Colômbia” garantiu a cobertura do espaço aéreo do país com uma rede de proteção por satélite, que contou, evidentemente, com o auxílio técnico norte-americano. Com sede no Sul do país, na região conhecida como “Três Esquinas”, o Exército começou a monitorar, via satélite, os movimentos das FARC, a fim de se antecipar, mediante o envio da FUDRA, aos lugares aonde se dirigissem os insurgentes, evitando o desfecho de golpes que surpreendessem as Forças Armadas e a população civil. Foi assim que, a partir de 2003, a guerra começou a pender favoravelmente para as forças da ordem. A estratégia do governo de Uribe Vélez consistiu em dar golpes fortes nos guerrilheiros das FARC, a fim de obrigá-los a negociar, como, aliás, já

fizeram outros grupos insurgentes menores (Exército de Libertação Nacional – ELN, por exemplo). O panorama que se desenha para um futuro próximo é o de uma negociação em que os guerrilheiros que não tenham cometido crimes de lesa-humanidade terminarão aceitando as condições de reinserção na vida civil propostas pelo Governo.

Com a finalidade de absorver os elementos provenientes da guerrilha e das autodefesas que depuseram as armas, bem como para desinchar as cidades, que na última década foram literalmente invadidas pelo exército de deslocados pela guerra, (em 2000, chegava a 1.900.000 o número de refugiados), o governo de Uribe Vélez elaborou, com assessoria das Universidades EAFIT, de Medellín, e de Los Andes, de Bogotá, ousado plano de desenvolvimento agrário, o denominado “Proyecto Vichada”, que se concretizará na região que leva este nome, na parte sudeste do país, entre os territórios de Meta, Guaviare, Guainía e Casanare, perto das fronteiras com o Brasil e a Venezuela, na bacia do Rio Orenoco. O mencionado projeto, orçado em US\$ 235 milhões e que conta com o apoio das Nações Unidas, visa ocupar produtivamente 6,3 milhões de hectares do Vichada e parte do Departamento de Meta.

O Projeto em questão busca o desenvolvimento sustentado da área, mediante o reflorestamento com espécies autóctones e a exploração agrícola, visando à recuperação dos recursos hídricos, bem como à produção de biodiesel, a partir de plantas nativas como a palma africana, o pinho caribe, o marañón e o jatropha. Seriam montadas indústrias não contaminantes que venderiam créditos de carbono a produtores europeus e norte-americanos que se somassem ao Projeto.

A iniciativa do Governo colombiano será centralizada na fundação de uma nova cidade, uma espécie de “capital ecológica” que levará o nome de “Marandúa” e que, com 60 mil habitantes, terá a capacidade de gerar 12 mil empregos. A proposta de Uribe Vélez já conta com apoio do Brasil (por intermédio de empréstimo concedido pelo BNDES) e de multinacionais como o Morgan Chase, Cargill, Acciona etc.

Um último aspecto a ser lembrado na política de pacificação de Uribe Vélez. Foi adotado o modelo brasileiro do “Bolsa Escola”, a fim de tirar da pobreza os 10 milhões de colombianos mais pobres. A experiência colombiana completou de forma admirável os propósitos da iniciativa brasileira. Foram efetivamente cadastradas todas essas pessoas, mediante o auxílio da computação (cada monitor do programa cataloga, no seu *palm*, 100 famílias, que são monitoradas uma vez a cada mês). Para a família se tornar beneficiária da continuidade do programa, deve preencher 54 condições, que são rigorosamente testadas pelos respectivos monitores. O dinheiro é depositado na conta da mulher responsável de cada família. Quem não se adaptar – e esses casos são a minoria – sai do sistema de auxílio. Os itens obrigatórios vão desde enviar as crianças todos os dias à escola, ter em dia as vacinas, até (o adulto chefe de família) freqüentar algum curso ou atividade de capacitação. O programa está desenhado para durar quatro anos. A finalidade é estimular a saída dessas pessoas da linha de pobreza. Algo muito diferente do assistencialismo fácil que não exige nada dos beneficiários, tornando-os simples dependentes do favor oficial. Impressionou os membros da Missão a clareza conceitual e as respostas do Alto Conselheiro Presidencial para Ação Social, Luis Alfonso Hoyos Aristizábal, sob cuja responsabilidade está este programa.

### Empreendimentos culturais dos municípios como meio para consolidar a pacificação

O governo de Uribe Vélez enfrentou sérias restrições dos países europeus ao acolher o “Plano Colômbia”. No entanto, a posição dos governantes colombianos terminou gerando, no terreno internacional, um “círculo virtuoso” de políticas públicas inteligentes na área social, ao deixar claro para a opinião pública mundial que as políticas adotadas não pretendiam a repressão pura e simples contra os narcotraficantes, os paramilitares e as guerrilhas, mas que buscavam, ao mesmo tempo, equacionar a aguda problemática humanitária, com ações que não acabassem no assistencialismo de curto prazo, mas que integrassem as populações carentes ao ciclo do desenvolvimento e da participação cidadã.

Os governos municipais das cidades mais atingidas pela violência (Bogotá, Medellín, Cali, Cartagena e outras) partiram para a realização de políticas públicas preventivas da violência na área cultural. Há uma nova geração de governantes municipais, que mal ultrapassa a casa dos 35 anos, a maior parte deles não filiada aos partidos tradicionais. Em Bogotá foram criadas cinco grandes bibliotecas populares nas regiões mais violentas da cidade. Os índices de criminalidade caíram visivelmente ao longo dos últimos seis anos. Essa grandiosa obra contou com o apoio do Banco Mundial e do BID. A Biblioteca Virgílio Barco, no parque El Salitre, em Bogotá, por exemplo, é uma verdadeira instituição de democratização da cultura. O prédio, do tamanho do Maracanãzinho, no Rio de Janeiro, foi encomendado ao grande arquiteto colombiano Rogelio Salmona, que realizou um arrojado projeto inspirado na arquitetura colonial espanhola. A Biblioteca El Salitre, servida pelo sistema de ônibus integrado (Transmilenio), pode atender, de graça, em

qualquer dia da semana, mas especialmente aos domingos e feriados, mais de cinco mil pessoas. Há belíssimas salas de leitura, além de brinquedotecas para as crianças, salas de multimídia, grande espaço reservado aos serviços de internet banda larga, lanchonete, restaurante, tudo em um grande campo verde onde as pessoas mais pobres podem ter lazer de qualidade (com lago para barcas, alamedas para passear e quadras de esporte emolduradas pela bela paisagem do altiplano andino). Isso em um país mais pobre que o Brasil.

Nas últimas semanas de março de 2007, os governadores do Rio de Janeiro e de Minas Gerais viajaram à Colômbia, a fim de observar a forma pela qual as autoridades do país vizinho estão ganhando a guerra contra a criminalidade, notadamente a de menores (recordemos que em Medellín, cidade rudemente castigada pela violência das gangues de jovens a serviço do narcotráfico, das milícias ou da guerrilha, havia perto de 500 dessas organizações criminosas no final dos anos 80). Empolgado com os resultados observados, o governador do Rio fez declarações à imprensa, no sentido de que poria em execução políticas públicas semelhantes às adotadas no país andino, especialmente no que diz respeito ao transporte massivo em áreas faveladas. O governador do Rio impressionou-se, e com razão, com o sistema de *metro cable*, um bondinho (com tecnologia francesa) que comunica as áreas mais carentes das comunas (ou comunidades faveladas) do oriente da cidade, com o belo e moderno metrô que serve a Medellín. Vale a pena lembrar o que os governantes locais, com apoio do governador do Departamento de Antioquia e do Governo Nacional, conseguiram em termos de democratização da cultura, de forma semelhante ao que foi realizado em Bogotá.

O Prefeito de Medellín, Sergio Fajardo (um jovem professor universitário que nunca

tinha participado de política partidária), fez da educação o centro da sua gestão. Sob o princípio de “Medellín, la (ciudad) más educada”, dirige obstinadamente a administração, com o objetivo de criar uma rede de ensino de primeiro mundo no seu município.

É evidente a preocupação do prefeito em dotar a cidade de parques e jardins em todos os bairros, para que a população possa desfrutar da cidade como do seu melhor espaço. Uma das regiões mais deprimidas de Medellín, o Jardim Botânico (que ficava vizinho à zona de prostituição, no lugar conhecido como “Lovaina” e “La curva del bosque”, onde há 10 anos era corriqueiro encontrar cadáveres desovados pelos traficantes e guerrilheiros), tornou-se hoje cartão postal de Medellín. Foi criado um belíssimo espaço onde acontece a feira das flores e a exposição nacional de orquídeas. Convênio entre a administração do Jardim Botânico e as escolas do município permite às crianças conhecerem as espécies de plantas nativas e terem as suas aulas de ciências naturais ao ar livre. Já foram postas em serviço, em Medellín, as três primeiras Bibliotecas Populares. No decorrer deste ano, serão inauguradas outras duas. Parece que o governo da cidade não mede esforços financeiros para bancar essas obras de grande envergadura. É uma aposta política decidida: combater a violência com a efetiva democratização da cultura. Essas obras são financiadas mediante parcerias entre os Governos Departamental, Nacional e Municipal, com empresas nacionais e ajuda de governos estrangeiros (o da Espanha, principalmente). Há também, como no caso de Bogotá, contrapartidas do Banco Mundial e do Banco Interamericano de Desenvolvimento. Artistas de renome, como Fernando Botero, têm dado uma contribuição inestimável: o grande pintor colombiano doou, há cinco anos, um museu inteiro,

repleto com as suas obras, à cidade de Medellín. É o famoso Museu Botero, que funciona em um belo prédio público, *art déco*, que durante décadas serviu de sede à prefeitura municipal. Diríamos, portanto, que a decisão de combater a violência com cultura é uma opção da sociedade colombiana, não apenas do Governo.

A primeira grande biblioteca, em Medellín (nos moldes da Virgílio Barco de Bogotá), foi inaugurada há sete meses. Fica situada no bairro San Javier (na região ocidental da cidade), incrustado na perigosíssima “Comuna 13” (núcleo de bairros de classe média e popular, bem como de incontáveis favelas, algo semelhante ao conjunto da Rocinha, no Rio), onde, há seis anos, as Forças Armadas e a polícia travaram uma batalha que durou várias semanas, até que expulsaram as milícias das FARC, bem como os paramilitares, que tinham se infiltrado e que aterrorizavam a população.

Testemunhos dos moradores do bairro San Javier, em Medellín, registram que as comunidades situadas nos arredores do Centro Cultural mudaram os hábitos de lazer, no sentido de abrir espaço para atividades do espírito (apreciação musical, teatro, cinema, concertos de música clássica, leitura, oficinas de criação literária etc.). Já as estatísticas policiais mostram que houve uma forte queda nas taxas de criminalidade, não apenas por força do policiamento ostensivo e porque foram presos os líderes das gangues urbanas, mas também porque os jovens encontram um espaço bem atendido para desenvolver a sua curiosidade intelectual.

No final de fevereiro foi inaugurada em Medellín a segunda Biblioteca Popular, nos moldes da Virgílio Barco de Bogotá. Trata-se da Biblioteca e do Centro Cultural e Esportivo de La Ladera, construídos onde antes havia uma penitenciária, desativada na década de 1970. As re-

ações dos moradores dos bairros beneficiados pela nova biblioteca são semelhantes às que tiveram os vizinhos da Biblioteca San Javier: sentem-se orgulhosos por terem conquistado um espaço comunitário amplo e bonito, que possam frequentar com as suas famílias, ao longo da semana e nos feriados.

Acaba de ser colocada em serviço a terceira grande obra, o Parque Biblioteca Espanha, situada, como as outras duas, em uma área pobre, o bairro Santo Domingo, outrora controlado pelas FARC. Os reis da Espanha inauguraram essa magnífica biblioteca, que constitui uma verdadeira jóia arquitetônica. A Missão Empresarial teve a oportunidade de visitar essa grandiosa obra. Impressiona a limpeza das instalações, o caráter moderno das mesmas (dotadas do que de mais avançado há em computação, com terminais de banda larga para os leitores, que são em sua maioria crianças do bairro, bem como mães de família que comparecem à bem sortida brinquedoteca para acompanhar os filhos menores). Os membros da Missão ficaram impressionados e comovidos ao observar a alegria das crianças na saída do colégio, todas bem uniformizadas e com expressão de satisfação pela qualidade da educação que recebem.

O sistema de bibliotecas de todas estas comunidades está integrado, em Medellín, à Biblioteca Pública Piloto, que possui uma base de dados completa acerca dos acervos das 38 bibliotecas populares da cidade, de forma a melhor servir às comunidades, mediante um sistema eficiente de empréstimo de livros entre as várias unidades. Cada morador pode levar, para consulta, até três obras. Impressionou os membros da Missão, outrossim, observar as crianças em idade escolar fazendo os seus deveres na Biblioteca Pública do bairro, com a ajuda dos bibliotecários e dos monitores.

Uma última observação em relação às políticas culturais. As universidades colombianas estão definitivamente engajadas na discussão das propostas efetivadas pelos governos nacional, departamentais e municipais, em face da procura da paz e do desenvolvimento econômico. As publicações das pesquisas realizadas são hoje leitura obrigatória, nos centros de estudos internacionais pelo mundo afora. Basta observar a prateleira de uma grande livraria como a Leonardo da Vinci, no Rio de Janeiro, para ver que, dentre as publicações internacionais relativas a esses assuntos, sobressaem as edições de obras colombianas, ao lado dos trabalhos de estudiosos norte-americanos e europeus. Hoje os principais centros de estudos sobre as questões da paz e da construção da sociedade civil nas cidades são constituídos pelas seguintes universidades: Nacional da Colômbia (Bogotá e Medellín), Javeriana (Bogotá, Medellín e Cali), Externado (Bogotá), de Los Andes (Bogotá), de Antioquia (Medellín), Bolivariana (Medellín), EAFIT (Medellín e Pereira) e El Rosário (Bogotá). Vale a pena mencionar também o avanço que a Colômbia tem experimentado, ao longo dos últimos cinco anos, no que tange à estruturação do ensino a distância, na modalidade *on-line* (de cursos de graduação e de pós-graduação). Exemplo dessa nova realidade é a Universidade Católica del Norte, sediada em Santa Rosa de Osos (Antioquia), que constitui um centro equiparável aos de melhor nível da escala mundial, nessa forma de ensino, que constitui uma verdadeira revolução no que concerne à democratização do conhecimento.

Podemos tirar algumas conclusões em relação a estas realizações dos governos de Bogotá e Medellín, não nos circunscrevendo apenas à questão da democratização da cultura, mas colocando

este item no contexto mais amplo da construção de um ambiente de estímulo ao trabalho, à produtividade e à segurança cidadã, que pressupõe o combate ao crime organizado:

a) É necessário enfrentar com coragem a violência praticada pelos criminosos, nas nossas cidades, inclusive a efetivada por menores, de forma a punir quem efetivamente cometeu crimes. Para isso, torna-se imperativo revisar a velha legislação, que não se adapta mais às agressivas condições das sociedades contemporâneas. Em Medellín e em Bogotá, a criminalidade de menores foi rigorosamente atacada, segregando do convívio social as lideranças mais perigosas. Os padres salesianos estão dando uma ajuda preciosa aos governos municipais, com a manutenção dos seus *talleres* (oficinas), que recuperam e capacitam jovens infratores.

b) Como a violência, nos nossos países, não se circunscreve apenas à criminalidade dos menores, antes encontra-se inserida no círculo maior da criminalidade ensejada pelo narcotráfico e outras modalidades de crime organizado, é necessário passar à opinião pública, por parte das autoridades, a sensação de que a lei é aplicada com rigor e que abarca, sem exceções, a todos os cidadãos. Os ex-Prefeitos de Bogotá, Antanas Mockus e Enrique Peñalosa, bem como o atual Prefeito de Medellín, Sergio Fajardo, deram aos membros da Missão Empresarial um testemunho muito objetivo da forma com que agiram para colocar término às ações criminosas. Escolheram, de entrada, no início das suas gestões, os lugares mais conturbados das respectivas cidades, a fim de expulsar deles os traficantes e os contatos que os guerrilheiros e as autodefesas tinham ali inserido. Em Bogotá foram ocupados, em operativos eficientes da Força Pública e do Exército, os perigosos enclaves de “El Cartucho” e de “San Victorino”. Os meliantes

foram colocados atrás das grades e os guerrilheiros que opuseram resistência foram mortos. Uma vez desarmados esses lugares, procedeu-se à ocupação cívica, mediante a construção das bibliotecas, de colégios e dos parques recreativos. Algo semelhante aconteceu na perigosa “Comuna 13” de Medellín. Um dado interessante foi ressaltado pelos administradores públicos entrevistados: todas as obras de caráter social passaram a ser executadas em tempo recorde, com prazo de até 120 dias, com a finalidade de que as comunidades percebessem que a presença do Estado veio rapidamente para ficar. Junto com as bibliotecas e os parques recreativos, foram instaladas cabines permanentes da Polícia Nacional em todas essas localidades.

No plano nacional, um dos pontos-chave da administração do Presidente Uribe tem sido a preocupação com tornar presente e operativa a Polícia Nacional em 100% dos municípios colombianos. Até o início da gestão do atual presidente, a polícia estava ausente em, pelo menos, 40% dos municípios colombianos, dando à população a grave sensação de abandono por parte do Estado.

c) Paralelamente à ocupação do espaço público pela cultura, pela educação e pela polícia, em todas as comunas mais pobres de Medellín foram instaladas agências do Mega-Banco, um banco popular financiado pela municipalidade e pelos empresários, que tem como finalidade estimular o surgimento da pequena empresa entre os habitantes dessas localidades. Os empréstimos, de forma rápida, são aprovados com juros brandos (de 11% ao ano). O sucesso desse empreendimento é evidente: no conjunto Santo Domingo são visíveis os pequenos comércios, bem como a satisfação das pessoas.

Os membros da Missão tiveram oportunidade de dialogar longamente com os habitantes desses bairros e de constatar a firme-

za das ações empreendidas pela iniciativa privada e pelo poder público.

d) Nos lugares mais ermos foram feitas obras de infra-estrutura, a fim de garantir o fácil acesso das comunidades ao sistema de transporte público. O caso mais marcante, neste item, é o do *metro cable*, um bondinho com tecnologia francesa que transporta rapidamente os habitantes do conjunto Santo Domingo, do alto do morro até a estação mais próxima do metrô, em um percurso de quatro quilômetros.

Os membros da Missão tiveram oportunidade de viajar nesse veículo limpo e ágil. O preço das passagens é cobrado, dos moradores, de forma a não onerá-los demais. Existe um preço subsidiado das passagens para esse trecho do percurso. O *metro cable* começa a funcionar às 4h da manhã, para que os primeiros passageiros possam tomar o metrô, que inicia atividades às 4h30min. O período de funcionamento estende-se até 11h da noite. Lembremos que esta obra foi bancada integralmente pelo Município de Medellín, mediante o sistema de Parcerias Público Privadas, com a colaboração dos empresários locais.

e) Deve ser revisada a legislação em torno da progressão penal. Assassinos não podem ser libertados antes de terem cumprido a totalidade da pena. É um acinte para a sociedade ver criminosos que estupraram e mataram serem libertos após cumprirem 1/6 da pena. Essa legislação precisa ser mudada. Não fazê-lo é desacreditar todo o edifício da lei e da governabilidade. A adoção de um regime prisional eficaz, que torne os criminosos de alto nível praticamente incomunicáveis, é necessária. É evidente o conforto que a sociedade colombiana experimenta, após a adoção de uma legislação penal mais rigorosa.

f) É imperativa a adequada preparação das forças policiais, para que possam enfrentar com inteligência e armamento moderno o crime organi-

zado e prender os grandes chefes. Sem fazer isso, qualquer ação social é fadada ao fracasso. Deve-se discutir, com clareza e abrangendo as forças vivas da sociedade, o papel das Forças Armadas diante desse novo desafio. Hoje, na Colômbia, está claro que, quando o crime organizado põe em perigo as instituições (como no caso do narcoterrorismo), é dever das Forças Armadas intervir e dar apoio às forças policiais, as quais, por sua vez, possuem unidades especializadas no combate ao crime de grandes proporções.

g) Por último, os governantes devem entender que investimento em educação e cultura é algo diretamente relacionado com a procura da paz. Deveriam ser visados amplos projetos de criação de centros de cultura e lazer nas áreas mais perigosas das cidades. No caso das bibliotecas públicas colombianas, esses projetos estiveram, desde o início, em íntima vinculação com os serviços de transporte massivo urbano. No Brasil, é pena ver que, nestes tempos de cinismo burocrático, o primeiro item a ser contingenciado na execução orçamentária é o relativo à educação e à cultura. De outro lado, observamos que, em cidades como Rio de Janeiro, por exemplo, são poucos os investimentos para humanizar o sistema de transporte massivo urbano: se os trens dos subúrbios tivessem experimentado toda a dedicação que os planejadores urbanos tiveram para com a construção de viadutos e obras na zona sul, haveria, certamente, menos violência na cidade.

### **O papel dos empresários**

É evidente, na nossa tradição patrimonialista latino-americana, que viu surgir o Estado como hipertrofia de um poder patriarcal originário, a presença toda-poderosa do Governo na formulação das políticas econômicas. Raramente são escutados, na elaboração e realização das políticas econômicas, os

grêmios de industriais, produtores rurais e homens de negócios. Isso no Brasil tornou-se moeda corrente, ao ensejo da modernização do Estado no contexto autoritário do getulismo. O “equacionamento técnico dos problemas” pelo Executivo hipertrofiado confinava a sociedade a ser um simples ator passivo, que recebia as políticas públicas formuladas de cima para baixo. A tradição positivista da segunda geração castilhistas, à qual pertencera Getúlio, pesou muito nessa realidade.

Na Colômbia, a forte presença, já desde o século XIX, das idéias liberais levou a que os grêmios fossem consultados pelo Governo, no momento de definir políticas econômicas, em que pese a evidente hipertrofia do Executivo sobre os outros poderes, típica da nossa tradição ibero-americana. A respeito da forte presença dos empresários na formulação e gestão das políticas econômicas, escreve o historiador colombiano Carlos D’ávila:

O desempenho econômico colombiano sobressai no contexto latino-americano pelo controle prudencial da economia por parte de um grupo de empresários e tecnocratas bem qualificados que, ao longo do século XX, evitaram as hiperinflações, os profundos déficits fiscais e o excessivo endividamento externo.

O modelo de modernização do Estado, no terreno da formulação de políticas econômicas, foi de cunho não autoritário e se concretizou nas reformas desenvolvidas pelo Partido Liberal, ao longo dos anos 30 do século passado, notadamente na gestão de Alfonso López Pumarejo (entre 1934 e 1938). Essa tradição se manifestou em uma constante reivindicação dos grêmios empresariais para tomar parte na formulação das políticas econômicas, o que, de praxe, passou a se denominar de

“concertación”. A propósito desse fenômeno, escrevia o estudioso Daniel Pécaut: “Entre os empresários, na Colômbia, bem como entre os outros grupos econômicos, observa-se a tendência a reivindicar uma forte autonomia de decisão e a defender o esquema liberal de desenvolvimento.”

Há na Colômbia, atualmente, perto de 200 grêmios econômicos. Mas os principais deles são os seguintes: Asociación Nacional de Industriales y Empresarios (ANDI), Federación Nacional de Comerciantes (FENALCO), Asociación Bancaria y de Instituciones Financieras (ASOBANCARIA) e Sociedad de Agricultores de Colômbia (SAC). Estas quatro entidades representam 60% da produção colombiana. Agrupam-se, hoje, no Consejo Gremial Nacional, que toma parte ativa, junto ao governo, na negociação do Tratado de Livre Comércio com os Estados Unidos e com o Canadá, bem como nas negociações que dizem relação à posição dos grêmios nos diálogos de paz com a guerrilha e as autodefesas. Os restantes grêmios são menos poderosos, mas não por isso deixam de ter importância. Alguns deles são caracterizados pela sua capacidade de negociação e de reivindicação em face do Estado colombiano. Podem ser mencionados os seguintes: Federación Nacional de Avicultores (FENAVI), Federación de Ganaderos (FADEGAN), Asociación Nacional de Exportadores (ANALDEX), Federación Nacional de Cafeteros, Sindicato Antioqueño, Comité Intergremial del Atlántico etc.

Tem sido muito atuante, portanto, o papel dos grêmios, em relação à busca de soluções para o conflito armado, tanto no que se refere à participação dos empresários nos grupos de negociação com as partes em pugna quanto no relativo à efetivação de estudos sobre a problemática da violência. São vários os grêmios (como, por exemplo, a ANDI e

FENALCO), que possuem centros de pesquisa e de monitoramento das ações do Governo e dos grupos armados e que oferecem subsídios aos negociadores oficiais e da sociedade civil.

A atitude ativa dos grêmios econômicos tem sido traduzida nas iniciativas civis em prol de estimular a participação cívica a nível municipal. Os movimentos “Bogotá como vamos”, “Medellín como vamos” e “Cartagena como vamos” são expressão dessa dinâmica social. Cada um desses movimentos é apoiado pelos empresários vinculados à respectiva Câmara de Comércio, pela Imprensa, pelas universidades, pelos intelectuais e profissionais liberais. O movimento “como vamos” visa informar regularmente a sociedade acerca dos problemas mais fortes que a municipalidade enfrenta nos terrenos de violência, de transporte, de educação, de saúde etc. Como tem o apoio da imprensa local, os resultados são divulgados por esse veículo. Nos 10 anos de funcionamento do movimento “Bogotá como vamos”, os estudos do mesmo são praticamente pautas de ação para os atuais mandatários municipais e constituem um roteiro para os programas dos candidatos às futuras eleições. Algo semelhante ocorre em Medellín.

### O papel da Igreja

É tradicional o papel de moderação exercido pela Igreja Católica em face do conflito armado. Distanciada das benesses do poder, em decorrência da reforma da concordata entre o Estado colombiano com a Santa Sé, ocorrida ao ensejo da nova Constituição de 1991, a Igreja Católica permaneceu como reserva moral dos colombianos, tendo se distanciado, de maneira prudente, ao mesmo tempo da corrente da “Teologia da Libertação”, como daqueles segmentos tradicionalistas, saudosos do antigo clericalismo. A Igreja tem atuado, jun-

to com os grêmios econômicos, como mediadora no conflito. Em decorrência da agressividade que, nos últimos anos, passou a praticar a guerrilha, seqüestrando inúmeros empresários, aumentou a participação mediadora da Igreja. Hoje ela representa peça-chave na pacificação, sendo respeitada a sua presença tanto pelo governo quanto por parte da sociedade civil e pelos atores armados.

Prova desse grande valor moral da Igreja na sociedade colombiana é a carta endereçada por um dos grupos guerrilheiros mais antigos, o ELN, à Conferência Episcopal, em 2004: vale a pena citar a parte central desse documento:

Nos hacemos presentes en este importante evento para manifestar nuestro reconocimiento a la Iglesia por la labor desempeñada y su disposición a construir salidas a la crisis humanitaria que padecen los pobladores de la Sierra Nevada de Santa Marta, así como por su preocupación en obtener la liberación de los extranjeros retenidos. Resaltamos también la contribución de la iglesia en la búsqueda de la paz a través de la participación en organismos de conciliación y facilitación, de carácter permanente y/o temporales para la solución del conflicto, como son la Comisión de Conciliación Nacional, la Comisión Episcopal de seguimiento del proceso con el ELN, la participación en la Comisión de Facilitación Civil, la Comisión para la búsqueda de un acuerdo humanitario con las FARC, entre otras. El ELN valora altamente la postura en contra de las guerras que ha asumido la Iglesia Católica en el mundo, como mandato del Papa y su valioso aporte en la consecución de la paz. En la construcción de la paz la Iglesia enseña cuando reconoce sus errores pasados y se propone rectificar sus comportamientos futuros.

A posição das autoridades eclesiais tem sido clara, no sentido de mostrar o caráter evangelizador da Igreja, bem como o seu compromisso inarredável

com os direitos humanos e o respeito às instituições de direito. Recente mensagem do Presidente da Conferência Episcopal Colombiana, Dom Augusto Castro, com motivo da reunião do CELAM em Aparecida – São Paulo, não deixou dúvidas a respeito dessa posição pastoral e moderada. Frisou o arcebispo colombiano em 15 de maio deste ano:

O continente latino-americano vai crescendo economicamente. Mas este crescimento não se traduz em desenvolvimento que inclua, integral e equitativo. Portanto, é indispensável que reafirmemos nossa opção pelos pobres. Mas esta opção não basta. Devemos optar também pela evangelização do mundo político, do mundo empresarial, do mundo dos capitais para que nestes mundos penetre o sentido ético como solidariedade com o outro em necessidade. A Igreja na Colômbia trabalha sem descanso, não a partir da política, mas do Evangelho, para alcançar a paz nos corações, nas famílias, na nação toda. Esperamos da Aparecida uma luz solidária que nos guie.

## Riscos e perspectivas

O panorama da colaboração entre o Brasil e a Colômbia é altamente positivo. Em matéria de violência protagonizada pelo narcotráfico e na tentativa de superá-la, os nossos vizinhos têm experiência bastante aprofundada que, sem dúvida, nos ajudará a encontrar caminhos para vencermos um desafio semelhante. A guerra do narcotráfico não chegou ao Brasil ao acaso. Foi operação friamente planejada pelos que financiam, em nível global, o comércio de estupefacientes, que é, depois do mercado do petróleo, o que mais dinheiro movimenta no mundo, sendo calculado o montante das transações por conceito de narcóticos em uma soma que se aproxima dos US\$ 500 bilhões anuais.

A partir do final da década de 1980, em decorrência do combate que os governos andinos

iniciaram contra o narcotráfico, a máfia italiana, que tinha investido somas vultosas no ciclo de produção e comercialização de narcóticos, decidiu deslocar o eixo de produção para a costa leste da América do Sul, com as conseqüências que todos conhecemos: progressivo estabelecimento, no Brasil, de laboratórios para refino de cocaína – o mercado do *crack* nas cidades brasileiras cresceu à medida que o refino foi se expandindo – e consolidação das redes de distribuição de estupefacientes para os Estados Unidos e a Europa, a partir dos portos e aeroportos brasileiros. O encastelamento dos traficantes cada vez mais armados, nos morros cariocas, recebeu uma ajuda expressiva do populismo ensejado no “socialismo moreno” apregoado por Leonel Brizola, no Rio de Janeiro, que impedia a polícia de entrar nos santuários do crime organizado. Daí para a organização dos exércitos da morte que desafiam as autoridades foi apenas um passo. Etapas semelhantes, ao amparo do populismo irresponsável, deram-se em São Paulo, onde a simples contravenção do bicho ensejou o aparecimento das empresas do crime organizado, centralizadas no Primeiro Comando da Capital, com os resultados que são sobejamente conhecidos de desagregação do tecido social e império do crime, que encurrala cada vez mais os cidadãos honestos.

Qual seria o maior risco que hoje corre a Colômbia, em face da luta travada pela sociedade e o Estado contra guerrilheiros, narcotraficantes e paramilitares? A pior coisa que poderia acontecer seria uma recaída no vício do populismo fácil, do qual já foi refém. Passar a considerar o Estado como quintal da própria casa para beneficiar amigos e apaniguados, sem levar em consideração a perspectiva do bem comum, nisso consiste o pior risco que pode assombrar os colombianos. Risco que parece afastado, de momento, dados os índices de aprovação que os cidadãos do vizinho país dão ao

Presidente Alvaro Uribe Vélez, um governante que decidiu fazer o dever de casa, em matéria de segurança cidadã e de desenvolvimento econômico.

Indaguemos, para terminar, quais seriam as perspectivas de colaboração entre o Brasil e a Colômbia, na luta que preocupa ambos os países contra o crime organizado e em prol do amadurecimento das instituições democráticas.

O ponto central que poderíamos destacar seria o da institucionalização da troca de experiências entre os dois países, não apenas no plano governamental, mas também garantindo essa troca entre instituições da sociedade civil, notadamente aquelas voltadas para a pesquisa, a cultura e a educação.

Ora, nesses terrenos, já foi bem mais aberto o panorama. Na década de 1970 havia convênios de intercâmbio cultural e educativo entre o Brasil e a Colômbia, que garantiam aos nossos estudantes a possibilidade de cursarem os seus estudos no país vizinho, de forma semelhante como colombianos podiam fazer os seus cursos no Brasil. Dessa colaboração surgiram múltiplas iniciativas, não apenas nos terrenos dos intercâmbios culturais e educativos, mas também no que concerne à transferência de tecnologia. Apenas para citar dois exemplos, o modelo de corredores de ônibus estabelecido em Curitiba, nos anos 80 do século passado, inspirou o moderno sistema de *transmilênio* hoje vigente em Bogotá. E a experiência brasileira na construção dos metrô do Rio e São Paulo foi de grande valor para a adoção desse sistema de transporte massivo em Medellín.

Deveria ser revitalizado um tratado de troca de experiências, nos terrenos da ciência, tecnologia, cultura e educação entre os dois países. Isso nos possibilitaria uma melhor compreensão da experiência colombiana em áreas específicas, como a relativa ao combate à violência. Lembremos que, neste ponto específico, as instituições colombianas

contam com excelentes centros de pesquisa, tanto nas universidades quanto nos grêmios econômicos.

A situação de violência experimentada hoje nas grandes cidades brasileiras assemelha-se muito às circunstâncias já vividas pelos colombianos nas décadas de 1980 e 1990. O combate à ação dos cartéis da droga ganhará uma orientação firme, no Brasil, se levarmos em conta os passos que foram dados pelos governantes colombianos, na sua luta de décadas contra os narcoterroristas. Notadamente pela preocupação que tem sido uma constante entre os nossos vizinhos, como combater a criminalidade preservando as instituições democráticas e um modelo de desenvolvimento liberal, alicerçado no mercado.

É muito importante o que está acontecendo hoje, no Brasil, com os novos governadores dos Estados do Rio de Janeiro e Minas Gerais visitando *in loco* as cidades colombianas, a fim de ver de que forma os nossos vizinhos conseguiram derrotar o crime orga-

nizado e garantir para os cidadãos condições de vida mais seguras. A iniciativa da Confederação Nacional do Comércio, no sentido da Missão que organizou para visitar algumas cidades colombianas, insere-se nesse esforço patriótico em prol da busca de soluções realizáveis, porquanto efetivadas no estudo de um contexto semelhante ao brasileiro.

O ponto mais concreto em que se pode dar a colaboração entre o Brasil e a Colômbia, em matéria de pacificação das nossas cidades, centra-se, sem dúvida, na experiência municipal de “Como vamos”. O movimento “Bogotá como vamos”, bem como o seu homólogo de Medellín, está inspirando iniciativas semelhantes em cidades brasileiras, como Rio e São Paulo. Muito haverá, certamente, a aprender das experiências colombianas a respeito. Afinal de contas, a Colômbia é o nosso vizinho e as soluções ali ensaiadas são muito mais fáceis de adaptar à realidade brasileira do que as soluções tentadas em outros continentes. ☺

## Notas

<sup>1</sup> Cf. ANDI, Balance del 2006 y perspectivas para el 2007. Bogotá:ANDI, 2007.

<sup>2</sup> Cf. SERRANO, Rosso José, *Jaque mate*. Bogotá: Editorial Norma, 1999. A reforma da polícia ocorreu em três etapas: reestruturação cívica (1993), contra-reforma ensejada pela reação da cúpula policial (1995) e consolidação das mudanças ao ensejo do Plano de Segurança Democrática do Governo de Uribe Vélez (2003). Cf. A propósito, CASAS DUPUY, Pablo. *Reformas y contrarreformas en la policía colombiana*. In: RANGEL SUÁREZ, Alfredo (org.), *Seguridad urbana y policía en Colômbia*. Bogotá: Fundación Seguridad y Democracia, 2005, p. 1-80.

<sup>3</sup> É importante destacar que tanto a Constituição de 1991 como as reformas dos corpos policiais efetivadas entre 1993 e 2003 atribuem aos prefeitos (alcaldes) as responsabilidades de preservação da ordem pública nos seus municípios, sendo eles os chefes naturais da Polícia Nacional nas suas circunscrições.

<sup>4</sup> A partir de “El Cartucho”, vizinho do Palácio Presidencial, no centro de Bogotá, os guerrilheiros das FARC dispararam morteiros contra o Presidente Uribe Vélez, no dia de sua posse, em 7 de agosto de 2002. Esse lugar era um perigoso enclave de guerrilheiros e narcotraficantes, onde a polícia não entrava, como acontece em não poucos lugares das nossas grandes cidades.

<sup>5</sup> Cf. TIRADO MEJÍA, Alvaro. *Introducción a la historia económica de Colombia*. 2a. Edição. Bogotá: Universidad Nacional, 1972.

<sup>6</sup> Cit. por CEPEDA ULLOA, Fernando. In: *Fatores de força na Colômbia*, Diplomacia, Estratégia e Política. Brasília, (janeiro/março 2007), p. 38.

<sup>7</sup> PÉCAUT, Daniel. *Política y sindicalismo en Colombia*, Bogotá: La Carreta, 1973, p. 34.

<sup>8</sup> Disponível em <[http://www.eln-voces.com/Correo\\_del\\_Magdalena/mensajeELN.html](http://www.eln-voces.com/Correo_del_Magdalena/mensajeELN.html)> (Acesso em 8/7/2007).

<sup>9</sup> Disponível em <[http://br.celam.infoindex2.php?option=com\\_content&do\\_pdf=1&id=204](http://br.celam.infoindex2.php?option=com_content&do_pdf=1&id=204)> (Acesso em 8/7/2007).

<sup>10</sup> A respeito das etapas percorridas pelo narcotráfico no Rio de Janeiro, cf. os nossos estudos: “Violência e narcotráfico no Rio de Janeiro: Perspectivas e impasses no combate ao crime organizado”. In: *Carta Mensal*, Rio de Janeiro, v. 49, n. 586 (janeiro 2004), p. 7-70, e “The Sociological Dimension of the Drug Traffic in the Favelas of Rio de Janeiro”. In: Else VIEIRA (org.), *City of God in several voices – Brazilian Social Cinema as Action*. Eastbourne- England: CCCP – Nottingham University Press, 2005, p. 166-173.

- <sup>11</sup> Entre 1970 e 1990, foi publicada, em Medellín, com apoio do Cônsul Honorário do Brasil nessa cidade, da Embaixada brasileira em Bogotá e de empresas colombianas e brasileiras, a Revista trimestral *Brasil-Colômbia*, que era distribuída em centros de estudo e entidades empresariais em ambos os países. Essa é uma iniciativa que poderia ser revitalizada.
- <sup>12</sup> Vale a pena mencionar os centros de pesquisa sobre a violência existentes nas Universidades Nacional de Bogotá, de Los Andes (Bogotá), Externado de Colombia (Bogotá), EAFIT (Medellín) e de Antioquia (Medellín). No terreno empresarial, não pode deixar de ser mencionado o Centro de Estudios Económicos de la ANDI, em Bogotá.
- <sup>13</sup> Cf. a respeito deste ponto, a importante publicação da ANDI intitulada: *Balance del 2006 y perspectivas para el 2007*. Bogotá: ANDICentro de Estudios Económicos, 2007.

## Referências

- ASOCIACIÓN NACIONAL DE INDUSTRIALES. *Balance del 2006 y perspectivas para el 2007 – El país se reindustrializa competitivamente*. Bogotá: ANDI. Centro de Estudios Económicos, 2007.
- ATEHORTÚA CRUZ, León Adolfo. *Colombie – La place de l'Armée dans le conflit politique armé. Problèmes de l'Amérique Latine*. Paris: La Documentation Française, n. 34, p. 75-88, jul./set. 1999.
- BARRETO, Francisco Javier (org.). *La otra guerra – El Derecho como continuación del conflicto y lenguaje de la paz*. Bogotá: Universidades de Los Andes y Javeriana, Plaza & Janés, 1999.
- BOWDEN, Mark, BORBA, Maria Cristina Vidal. *Matando Pablo – A caçada ao maior fora-da-lei de que se tem notícia*. São Paulo: Landscape, 2002.
- CAMACHO GIZADO, Álvaro; LÓPEZ RESTREPO, Andrés; THOUMI, Francisco E. *Las drogas – una guerra fallida (Visiones Críticas)*. Bogotá: IEPRI, Tercer Mundo, 1999.
- CASAS DUPUY, Pablo. Reformas y contrarreformas en la policía colombiana. In: RANGEL SUÁREZ, Alfredo, (org.). *Seguridad urbana y policía en Colombia*. Bogotá: Fundación Seguridad y Democracia, 2005. p. 1-80.
- CEPEDA ULLOA, Fernando. Fatores de força na Colômbia; *Diplomacia, Estratégia e Política*, Brasília, p. 68, jan./mar. 2007.
- GÓMEZ BUENDÍA, Hernando (org.). *Para dónde va Colombia?* Bogotá: Tercer Mundo, Colciencias, 1999.
- GUZMÁN CAMPOS, Germán; FALS BORDA, Orlando; UMAÑA LUNA, Eduardo. *La violencia en Colombia – Estudio de un proceso social*. Bogotá: Círculo de Lectores, 1988. 2 v.
- LÓPEZ PINO, Carmen Marina. *Las relaciones laborales en Colombia – Opciones estratégicas de los actores*. Madrid: Universidad Complutense, 2002. (Tese de doutorado em sociologia).
- MONSALVE, Alfonso; DOMÍNGUEZ, Eduardo (org.). *Colombia – Democracia y paz*. Medellín: Universidades Bolivariana e de Antioquia, 1999, 2 v.
- MORALES BENÍTEZ, Otto. *Liberalismo, destino de la Patria*. Bogotá: Plaza y Janés, 1985.
- PALACIO, Germán (org.). *La irrupción del Paraestado – Ensayos sobre la crisis colombiana*. Bogotá: CERREC, ILSA, 1990.
- PÉCAUT, Daniel. *Colombie: une paix insaisissable. Problèmes de l'Amérique Latine*. Paris: La Documentation Française, n. 34, p. 5- 32, jul./set. 1999.
- \_\_\_\_\_. *Política y sindicalismo en Colombia*, Bogotá: La Carreta, 1973.
- RANGEL SUÁREZ, Alfredo. *Colombia – Guerra en el fin de siglo*. Bogotá: Universidad de Los Andes, Tercer Mundo, 1999.
- RETTBERG, Angelika. *Entre el cielo y el suelo – Una mirada crítica a los Gremios colombianos*. Bogotá: Universidad de Los Andes, 1998.
- SERRANO, Rosso José. *Jaque Mate*. Bogotá: Norma, 1999.
- TIRADO MEJÍA, Alvaro. *Introducción a la historia económica de Colombia*. 2. ed., Bogotá: Universidad Nacional, 1972.
- TOVAR PINZÓN, Hector Fabio. El arsenal que tendrían las FARC. *El Espectador*, Bogotá, p. 7A, 23 jan. de 2000.
- VÉLEZ RODRÍGUEZ, Ricardo. As instituições militares no século XXI ; A sua missão em face dos conflitos. *Carta Mensal*, Rio de Janeiro, v. 47, n. 562, p. 3-36, jan. 2002.
- \_\_\_\_\_. Brasil será a Colômbia amanhã; Entrevista. *Sistema – Fecomércio Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 20, p. 10-12, jun. 2003.
- \_\_\_\_\_. Colômbia: Uma guerra contra a sociedade. *Carta Mensal*, Rio de Janeiro, v. 46, n. 546, p.15-28, set. 2000.
- \_\_\_\_\_. *Como a Colômbia deu a volta por cima?* Rio de Janeiro: Confederação Nacional do Comércio, jul. 2007. 29 p. (paper).
- \_\_\_\_\_. The Sociological Dimension of the Drug Traffic in the Favelas of Rio de Janeiro. In: VIEIRA, Else (org.). *City of God in Several Voices – Brazilian Social Cinema as Action*. Eastbourne, England: Critical, Cultural and Communications Press, The University of Nottingham, 2005. p. 166-173.
- \_\_\_\_\_. Violência e narcotráfico no Rio de Janeiro; Perspectivas e impasses no combate ao crime organizado. *Carta Mensal*, Rio de Janeiro, v. 49, n. 586, p. 7-70, jan. 2004. *Palestra pronunciada em 25 de setembro de 2007*

# Império, hegemonia e poder coercitivo\*

*Manuel Cambeses Júnior\*\**

**C**ertamente império e hegemonia não representam a mesma coisa. Tomemos, por exemplo, o Império Britânico. Ainda que seu portentoso poder hegemônico tenha iniciado no século XIX, o seu reinado remonta a um século antes. Da mesma maneira, o império sobreviveria por várias décadas até o fim de sua hegemonia.

Durante o tempo em que subsistiu o seu imenso poder, vários outros impérios compartilharam da cena internacional. Entretanto, Londres sempre impôs sua ação hegemônica através de um conjunto de regras e de efetivos mecanismos de controle.

Seus barcos movidos a vapor revolucionaram o transporte e encurtaram as distâncias, enquanto cabos submarinos cruzaram boa parte do globo terrestre, interconectando seres humanos de diversas latitudes. Beneficiando-se dessas redes telegráficas, suas agências de notícias passaram a projetar um conteúdo anglocêntrico aos jornais de todo o mundo.

A paridade fixa entre a libra esterlina e o ouro preservou a estabilidade monetária internacional, enquanto o liberalismo econômico se transformou no paradigma dominante do comércio mundial. Suas práticas de gerenciamento e contabilidade tornaram-se universais e suas invensões alcançaram cobertura planetária.

Ao amparo de iniciativas britânicas tomou forma o primeiro grupo de instituições internacionais. Nenhum outro império contemporâneo ao britânico pôde transcender seu marco de domínio direto e obter este tipo de impacto, além do reconhecimento global.

A distinção entre império e hegemonia encontra-se diretamente vinculada à aceitação obtida por parte da comunidade internacional. Tanto uma como outra albergam a noção de controle.

Entretanto a bem-sucedida hegemonia, de conformidade com a definição do filósofo italiano Antonio Gramsci, é aquela que tem a capacidade de definir a agenda política e determinar o marco de referência do debate, o qual, por definição, implica o reconhecimento dos outros.

O império não requer consentimento, bastando, portanto, a coerção. Nem o Império Russo, nem o Francês, para citar alguns, requereram o beneplácito dos povos sob seus domínios.

Entretanto, como demonstra o caso do Império Britânico, ainda que a força dominante pudesse ser pequena, o impactante poder coercitivo não admitia dúvidas.

As centenas de milhões de habitantes da Índia eram controladas por um ativo serviço civil britânico que, em seu momento de maior expansão, contou com menos de mil funcionários. Não obstante, como bem

\* Colaboração do autor.

\*\* O autor é Coronel-Aviador, historiador, membro e conferencista em diversos Centros de Estudos Estratégicos.

evidenciou a rebelião indiana de 1857, Londres sabia sufocar a sangue e fogo qualquer desafio a seu domínio.

A chave do controle de seu império residia na cooperação das elites. O maior artífice da mesma, na Índia, Thomas Macaulay, historiador e político inglês, definiu-a, em 1835, nos seguintes termos: “Devemos fazer nosso maior esforço para formar uma classe que possa constituir-se em intérprete entre nós e os milhões de indianos que governamos; uma classe indiana

em sangue e cor, porém inglesa em gostos, opiniões, moral e intelecto.”

Ao transformar em anglófila a casta dirigente da Índia, pôde garantir-se um efetivo e competente controle da massa humana, fazendo da coerção um recurso de última instância.

Hoje, decorridos tantos anos, constatamos que, em contrapartida, a anglofobia passou a constituir o denominador comum dos povos antes dominados pelo imenso poder coercitivo do Império Britânico. ◉

BIBLIOTECA DO EXÉRCITO EDITORA • Coleção General Benício

Cecil Woodham-Smith

A CARGA  
DA  
BRIGADA LIGEIRA



**A CARGA DA BRIGADA LIGEIRA**

*Cecil Woodham-Smith*

Após consultar farta documentação primária, a autora aborda um dos episódios militares mais famosos e de extrema importância para os leitores brasileiros interessados em História Militar. A Carga da Brigada Ligeira, comandada por Lorde Cardigan, durante a batalha de Balaclava, na Guerra da Criméia em 1854, é episódio que, pela sua notoriedade, deve ser conhecido em profundidade por todos os militares de carreira e por estudiosos de história. Atendendo a este universo, a Biblioteca do Exército Editora entrega aos seus assinantes/leitores tão importante título.